



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

- 1 Ata da 49ª Reunião Ordinária do CBH-SJD, realizada na FUNEC / Santa Fé do Sul, em
2 25/04/2016 às 09hs30min.

Relação dos membros do Plenário – Presentes	
ENTIDADE	NOME
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB/Jales	Sívio Beraldi
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP/ SP	Gilmar Rodrigues de Jesus
Escritório de Desenvolvimento Rural – EDR / Jales	Neli Antonia Meneghini Nogueira
Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE/BTG	Eli Carvalho Rosa
Prefeitura Municipal de Jales	P/P Pedro Manoel Callado Moraes
Prefeitura Municipal de Dirce Reis	Roberto Carlos Visoná
Prefeitura Municipal de Rubinéia	P/P Clevoci Cardoso da Silva
ECOACÃO – Associação Primavera de Defesa do Meio Ambiente e Ação Social	p/ Francisco Altimari Neto
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de mesquita Filho”	Jefferson Nascimento de Oliveira
APROPESC – Associação dos Piscicultores de Três Fronteiras e região	Marilsa Patrício Fernandes
Sindicato Rural – Sindicato Rural de Santa Fé do Sul	Adaulto Luiz Lopes
AERJ – Associação dos Engenheiros da Região de Jales	Paulo Roberto Carretero
Sindicato dos trabalhadores rurais de Jales	Wilson Gilberto Donda

- 3 Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril do ano de 2016, às 09h:30 min., o Secretário
4 Executivo do CBH - SJD, engº Eli Carvalho Rosa, Diretor do DAEE de Jales, deu início à 49ª
5 Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados, na
6 FUNEC, situada na Av. Mangará nº.477 – Santa Fé do Sul/SP, onde cumprimentou e convidou
7 a todos para ocuparem seus respectivos assentos e convidou para fazer parte da mesa, o Dr.
8 Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD. O secretário executivo, Eng.º Eli Carvalho Rosa,
9 informou à plenária que está previsto, para o começo do mês de maio, uma reunião do
10 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, e que contará com a presença do Comitê.
11 Outro evento previsto é o ENCOB e Fórum Nacional de Comitês de Bacias, que ocorrerá no
12 mês de julho. Informou também que nesta Plenária ocorrerá a apresentação de duas
13 deliberações a serem discutidas e votadas, a primeira delas é o Estudo da Fundamentação da
14 Cobrança pelo uso da água na UGRHI 18, que se tudo correr bem, deve começar em janeiro
15 de 2018, e a segunda deliberação é o resultado da reunião da Câmara Técnica de
16 Planejamento (CTPLAN), na questão das prioridades de investimentos do FEHIDRO para o
17 ano de 2016. O secretário executivo passou então a palavra para o Presidente do CBH-SJD.
18 Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD deu seqüência na ordem do Edital de
19 convocação da Plenária, que todos tinham no material impresso, submetendo à plenária a Ata
20 da 48ª Reunião do CBH-SJD, a qual foi dispensada sua leitura pelo representante da
21 Prefeitura Municipal de Jales, José Roberto Bóis, tendo em vista sua divulgação no site do
22 Comitê e no ato convocatório. Deliberação que “Aprova proposta dos mecanismos e valores



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

23 para a cobrança pelos usos, urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado
24 de São Paulo, no âmbito da UGRHI-18, Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados”,
25 Dr. Adaulito Luiz Lopes informou que a Eng.^a Eliana C.Mariano Nogarini, funcionária do
26 DAEE-Jales irá apresentar a Deliberação. A Eng.^a Eliana cumprimentou a todos e disse que a
27 cobrança pelo uso dos recursos hídricos é um assunto recorrente no CBH-SJD desde 2002,
28 quando a CTPLAN reconheceu a necessidade da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no
29 CBH-SJD. O CBH-SJD é o único Comitê que ainda não tem a Fundamentação da Cobrança
30 aprovada pelo CRH e é necessário avançar neste processo, aprovando em primeiro plano a
31 Fundamentação nesta Plenária. No ano passado, o Grupo Técnico de Estudos de Cobrança
32 da Água, se reuniu algumas vezes no intuito de aprimorar a Fundamentação e concluí-la.
33 Várias contribuições foram oferecidas, principalmente pela FIESP e SABESP e todas foram
34 atendidas. No dia 05 de fevereiro de 2016, foi a última reunião do Grupo, e após isso ainda
35 foram apresentadas mais considerações e foram todas atendidas, com exceção de uma
36 consideração da SABESP, em que foi solicitado fazer uma análise dos municípios que têm
37 área na UGRHI 18 e sede em outras UGRHIs e vice versa, e o Comitê não possui os dados
38 quanto a divisão de habitantes em cada UGRHI, mas estamos pensando em como
39 providenciar estes dados. No entanto, foi verificado que nas Fundamentações de todos os
40 outros Comitês isso não foi feito, porque é apenas uma estimativa, feita com o número de
41 habitantes de cada cidade e o seu consumo relativo. Então vamos enviar o trabalho para o
42 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, e se necessário iremos providenciar estes
43 dados. Todos os considerandos da Deliberação, se referem à base legal da Fundamentação
44 da cobrança, que se tudo correr dentro dos conformes irá se iniciar em janeiro de 2018. Cabe
45 salientar que o Plenário aprova a Fundamentação da Cobrança no âmbito do Comitê, em
46 seguida necessita-se da aprovação pelo CRH, e os passos seguintes são a publicação do
47 Decreto Estadual, Ato Convocatório e por último, a emissão dos boletos. A Eng.^a Eliana C.M.
48 Nogarini pediu para que todos olhassem o artigo 2º da Deliberação, que todos tinham no
49 material impresso, onde tem os PUBs (Preço Unitário Básico), e explicou que o PUB é um
50 parâmetro (valor) que é inserido na fórmula da cobrança para calcular o valor que cada
51 usuário urbano ou industrial irá pagar. Teremos também a progressividade da cobrança, no 1º
52 ano em que a cobrança se iniciar, cada usuário irá pagar apenas 60% do valor estimado, no 2º
53 ano 75% e no 3º ano 100%. Essa progressividade se torna necessária, pois é uma forma dos
54 usuários se adequarem e organizarem a forma pagamento. Foi explicado também que os
55 agricultores e os usuários de usos insignificantes de acordo com a Portaria do DAEE nº 2.292
56 vão estar isentos do pagamento da cobrança. O cálculo do valor total da cobrança será a
57 soma dos três tipos de usos, captação, consumo e o lançamento e foi explicado a fórmula
58 para calcular o valor cobrado e também como será feito a divisão dos recursos arrecadados.
59 Em seguida, o Dr. Adaulito, presidente do Comitê, colocou a **Deliberação CBH-SJD nº 171/16**
60 **de 25/04/2016** - “*Aprova proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos,*
61 *urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da*
62 *UGRHI-18, Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados*”, em discussão e votação e a
63 mesma foi aprovada por unanimidade. Na seqüência, o Eng.^o José Roberto Bois apresentou a
64 segunda Deliberação que é a respeito dos valores dos projetos indicados para o FEHIDRO
65 2016, e que esses projetos foram prioridades do Plano de Bacia e discutidos no âmbito da
66 Câmara Técnica. Explicou que do montante de dinheiro que veio para este Comitê, quando
67 retirado todos os valores dos empreendimentos que foram aprovados, sobrou um valor
68 aproximado de R\$ 800,00 (oitocentos reais), e salientou que a Câmara Técnica não teve
69 problemas em relação a análise e priorização dos projetos. O Eng.^o Bois mostrou para os
70 membros presentes a tabela de pontuação dos empreendimentos aprovados e os que não
71 foram aprovados e suas justificativas. O montante total dos empreendimentos aprovados foi de
72 R\$ 1.542.167,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e dois mil e cento e sessenta e sete
73 reais). Neste momento, o Secretário Executivo, o Eng.^o Eli Carvalho Rosa pediu a palavra e



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

74 explicou que na Fundamentação da Cobrança existe um item que mostra todos os
75 investimentos deste comitê, e ao longo desses anos se observou claramente que a maioria
76 dos investimentos foi em Prevenção e Defesa Contra erosão do Solo e o Assoreamentos dos
77 Corpos d'água, e por isso, no Plano de Bacia adotou-se, por esses próximos 4 (quatro) anos,
78 fazer investimentos em outras áreas. Explicou também que existem outras fontes de
79 financiamento que se podem buscar esse tipo de investimentos, exemplo CAT ou CODASP.
80 Então, o Dr. Adaulto, presidente do Comitê, colocou a deliberação em discussão e votação e a
81 **Deliberação CBH-SJD nº. 17216 de 25/04/2016** – “*Indica prioridades de investimento*
82 *visando obtenção de recursos junto ao FEHIDRO, exercício 2016 e dá outras providências.*”,
83 foi aprovada por unanimidade. Dr. Adaulto, presidente do Comitê, disse nesse momento que
84 na próxima Plenária colocará em votação, que como pontuação de projetos FEHIDRO, será
85 considerado a participação dos Prefeitos municipais nas Plenárias. Marilsa Patrício
86 Fernandes, representante da APROPESC, pediu a palavra e disse que a Piscicultura
87 desenvolvida na região está sofrendo com o roubo de tanques redes, o que tem causado
88 prejuízo muito grande. Mergulhadores ultrapassam as cordas que delimitam os limites,
89 estendem redes em aberturas feitas nos tanques, e roubam os peixes, e isso está
90 acontecendo de forma muito freqüente. A Zippy Alimentos, por exemplo, chegou em um ponto
91 que não haviam mais peixes para serem abatidos, e isto contribuiu para seu fechamento.
92 Apesar de muitas conversas e queixas, a Policia Ambiental e Militar não tem estrutura para
93 combater este tipo de crime. Tudo o que os piscicultores têm está na água e diante desta atual
94 crise econômica, a margem de lucro por quilo de peixe é muito pequena, chegando a 9 ou
95 10%, e por isso não conseguem suportar estes crimes. No último fim de semana, um
96 piscicultor pediu para o invasor sair, houve discussão e o individuo deu 5 tiros em direção ao
97 piscicultor que teve que ir embora. A perícia comprovou que os tiros foram realmente na
98 direção do piscicultor e não para cima conforme alegação do acusado. Agora, já existe o porte
99 de arma rural, e as pisciculturas já estão contratando segurança armada e, desta forma, pode
100 ocorrer uma tragédia. Então, meu pedido aqui hoje é que o Comitê formalize mais uma
101 estância, no sentido da gente formalizar documento, no sentido de estar alertando sobre isso,
102 pois, os piscicultores pagam pela área de concessão e são responsáveis por tudo o que
103 acontecer naquela área, previsto no contrato de concessão. Estou aqui falando e pedindo
104 apoio do Comitê para se tomar alguma medida, mas sabendo que é uma questão de
105 convencimento, esclarecimento e educação para se mudar toda essa situação. Sílvio Beraldi,
106 representante da CETESB, disse que já ouviu dizer que o destino final destes peixes são
107 frigoríficos clandestinos da região, perguntou se alguém tem conhecimento destes frigoríficos
108 e diz que talvez a vigilância sanitária devesse ver a origem dos peixes em feiras, afinal, o
109 pescador amador pode vender também mas, o problema é a grande quantidade, dando-se a
110 impressão de que não é nada amador. Marilsa acrescenta que nas feiras livres, o preço do
111 peixe é muito inferior porque quem vende só tem o trabalho de pegar, filetar e vender, mas
112 não há fiscalização alguma. O órgão gestor é a prefeitura e ela tem outros interesses, mas o
113 Promotor Público já está ciente da situação. Nesse momento, Jefferson Nascimento de
114 Oliveira, representante da UNESP, pediu a palavra, cumprimentou a todos, e comunicou que
115 estavam abertas as inscrições para o Mestrado Profissional de Gestão e Regulação de
116 Recursos Hídricos. É um curso gratuito, as inscrições estão abertas a partir de hoje e as
117 provas serão em Julho. Serão 6 Universidades participantes, as aulas serão oferecidas nas
118 sextas feiras a tarde e sábado o dia todo durante 2 anos. No ano que vem, todos os alunos
119 deverão ir a Brasília conhecer o sistema, a ANA e a Secretaria de Recursos Hídricos e o
120 representante da UNESP pediu que todos divulgassem o curso. A inscrição pode ser feita pelo
121 próprio site da UNESP, clicar em Pós Graduação, aba PROFÁGUA. O Dr. Adaulto Luiz
122 Lopes, Presidente do CBH-SJD agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a **49ª**
123 **Reunião Ordinária do CBH-SJD** .